



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE REALEZA
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ANGÉLICA DA SILVA

**AUDIODESCRIÇÃO: TECNOLOGIA EDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA
METODOLÓGICA PARA O ENSINAR E APRENDER NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

REALEZA
2018

ANGÉLICA DA SILVA

**AUDIODESCRIÇÃO: TECNOLOGIA EDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA
METODOLÓGICA PARA O ENSINAR E APRENDER NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção de grau de
Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia

**REALEZA
2018**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Angélica da

Audiodescrição: Tecnologia educativa como estratégia metodológica para o ensinar e aprender na perspectiva da Educação inclusiva / Angélica da Silva. -- 2018.
63 f.

Orientador: Doutor Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Biológicas•Licenciatura, Realeza, PR , 2018.

1. Audiodescrição. 2. Tecnologias de Informação e Comunicação. 3. Processo de ensino e aprendizagem. 4. Inclusão. 5. Cegueira. I. Garcia, Ronaldo Aurélio Gimenes, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ANGÉLICA DA SILVA

**AUDIODESCRIÇÃO: TECNOLOGIA EDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA
METODOLÓGICA PARA O ENSINAR E APRENDER NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia

Prof. Dr. Jackson Luís Martins Cacciamani

Prof.^a Dra. Mariane Ohlweiler

Tradutora e Intérprete da Linguagem de Sinais Tatiani Cristina Ferreira de Lima

Dedico esse trabalho a todas as pessoas com deficiência que lutam por uma educação PARA TODOS e de qualidade, que acreditam em um mundo SEM QUALQUER tipo de preconceito e discriminação.

TOCANDO EM FRENTE

*ANDO DEVAGAR
PORQUE JÁ TIVE PRESSA
E LEVO ESSE SORRISO PORQUE JÁ CHOREI DEMAIS
HOJE ME SINTO MAIS FORTE, MAIS FELIZ QUEM SABE*

*SÓ LEVO A CERTEZA DE QUE MUITO SEI
OU NADA SEI*

*CONHECER AS MANHAS E AS MANHÃS
O SABOR DAS MASSAS E DAS MAÇÃS*

*É PRECISO AMOR PRA PODER PULSAR
É PRECISO PAZ PRA PODER SORRIR
É PRECISO A CHUVA PARA FLORIR*

*PENSO QUE CUMPRIR A VIDA
SEJA SIMPLEMENTE COMPREENDER A MARCHA
E IR TOCANDO EM FRENTE*

....

*CADA UM DE NÓS COMPÕE A SUA HISTÓRIA
CADA SER EM SI CARREGA O DOM DE SER CAPAZ
E SER FELIZ!*

- Almir Sater

AGRADECIMENTOS

Ao final da graduação, eu não poderia deixar de fazer agradecimentos a várias pessoas que fizeram parte desta caminhada até o momento, sei que muita coisa linda está por vir e que será aprendido. Para muitos poderia ser apenas uma titulação, para mim é, para além de uma titulação, a realização de um sonho, um sonho de criança, SER PROFESSORA! Um sonho que não é só meu, um sonho que divido com muitas pessoas que esperaram por esse momento. Portanto, fugirei um pouco do formalismo acadêmico, para falar com a voz do coração. A ordem dos agradecimentos, não influenciará o carinho, o amor, o respeito e o lugar que cada um tem no meu coração e na minha vida!

- **Agradeço primeiramente a Deus**, pelas vezes que implorei, de joelhos rezei, pedi que me fortalecesse e não me deixasse desistir de nada, pelas muitas vezes que nem eu me entendia, mas Ele me ouvia!

- **A minha família**, em especial a minha mãe e meu pai, pelo acompanhamento constante e incansável durante toda a minha vida escolar, as leituras dos meus primeiros rabiscos, que mesmo com pouco estudo me ensinavam aquilo que sabiam, me incentivavam, me deram meu primeiro quadrinho negro e pediam as professoras uns pedaços de giz para que eu pudesse brincar, que me fortaleciam, que nunca enjoaram das minhas infinitas aulinhas, enfim, por sempre terem atribuído valor imensurável ao estudo. **A minha irmã**, que foi a minha primeira aluna das incansáveis brincadeiras de escolinha, levei um tempo para entender que ela também cresceria. Que daqui poucos anos, seja você, a nossa segunda graduanda da família, que seja sempre persistente em todos seus ideais!

- **Agradeço, a você Rodrigo**, que mesmo com os percalços da vida, me ensinou a pensar diferente, a ser forte diante de muitas situações, que me acompanhou nas idas e vindas para a cidade de Capanema, por ter se encantado junto comigo por essa pesquisa. Como me senti alegre quando você não acreditava que um dia poderia estar em uma Universidade Federal e cá está você! Peço que sempre acredite mais em seu potencial, você consegue! E sejam quais forem suas decisões, suas escolhas, que sempre tenha sabedoria para realizá-las, e que não desistas de nada, pois sempre terá um novo amanhã! Estendo esse agradecimento também a sua família que me acolheu junto de ti.

- **A professora Célia** pelo acolhimento e aos **alunos do Centro de Atendimento as pessoas com deficiência visual de Capanema**, vocês foram minha fonte de inspiração, que nos ensinam a cada dia que ter deficiência não é o fator limitador do ser humano. Um agradecimento especial também a Adriana, que foi a minha guia, que me levou até sua casa, que contribuiu para que todo esse projeto chegasse até aqui, e te prometo Adriana, que ele não terá fim!

- **Aos meus amigos de infância da Escola Estadual Água Boa Vista**, que fizeram parte do início da minha trajetória, tenho imensas saudades de cada um;

- **Agradeço imensamente ao meu orientador Ronaldo Aurélio**, especialmente pelo ser humano que és, pelas valorosas e seguras orientações e principalmente por sua amizade. Sem o seu SIM, se você não tivesse me acolhido no momento em que ficaria sem orientador, sem todos seus esforços por uma educação melhor, esse momento JAMAIS seria possível. Que você continue sendo esse ser humano fantástico que todos admiram e respeitam. Tenho uma admiração sem tamanho por todas suas lutas de vida! Obrigada por me proporcionar momentos divertidos, como as idas para Barracão, Santo Antônio, dentre as outras cidades, pelas diversas músicas cantadas no caminho, pelos conselhos, pelas risadas, e por todo seu ensinamento, por sua paciência, por não desistir e acreditar em mim!

- **À professora Cristiane de Quadros**, por que a vida se encarregou de cruzar os nossos caminhos e fazer de você um anjo da guarda em minha vida. Quero um dia poder ser aos meus alunos aquilo que significastes para mim. Um carinho, um amor, uma ternura com cada forma de orientar, de ensinar. Alguém que nos impulsiona a sermos melhores, a sermos humanos, que me ensinou para além de uma sala de aula. Que mesmo pelas situações que não podemos controlar, me auxiliou, demonstrou que a vida é muito mais linda e colorida quando valorizamos as pequenas coisas, sejam elas as mais simples que forem que a vida não se engessa! Foi você, junto com o professor Ronaldo, que me instigaram a conhecer esse mundo fantástico da Educação Inclusiva. Foi você que me apresentou um ser divino, que é a Adriana, e era em vocês três (Cristiane, Ronaldo e Adriana), que eu lembrava diariamente para não desistir dessa pesquisa.

- **Ao professor Jackson**, por ter aceitado o convite de fazer parte da minha banca, desde a apresentação do pré-projeto. Pelos diálogos sempre tão enriquecedores e aprendentes, por todas as construções de ensino e aprendizagem nos mais diversos espaços-tempo. Admiro-te imensamente por acreditar, por lutar, por defender como nenhum outro, o ensino público, por acreditar em cada aluno seu, por valorizar tanto a nossa própria escrita!

- **A minha Tati!** Sim, Minha! Minha amiga, minha conselheira, que sempre me ouviu nos momentos em que mais precisei. Por toda a parceria nas idas às escolas, por ter aceitado ser parte da banca. Meu ser de luz divina, mulher de fibra, que pensa em cada detalhe, com muito cuidado em uma educação realmente inclusiva. Um dia quero lhe retribuir melhor por tudo que fez por mim!

- **A professora Mariane** que com sua simplicidade e humildade me encantou desde o primeiro oi na Universidade, tanto que escolhi compartilhar desse momento contigo também e nesse sentido agradeço por ter aceitado ser minha banca. Obrigada por lutar por nosso ensino (só ouvi maravilhosos depoimentos de seus alunos sobre suas aulas), por brilhar seus olhos quando falamos de Educação, por SER PROFESSORA! Uma profa. reflexiva em suas práticas, com um carinho sem igual por aquilo que realiza!

- **A professora Susana**, minha amiga, que me ensina todos os dias a verdadeira força de vida! Pelas inúmeras vezes que me abraçou, animou, deu chocolate, quando me via deprimida ou cansada pela demanda dos trabalhos da graduação e os de casa. Por ser essa pessoa iluminada, por sua garra e coragem!

- **A professora Renata Orlandi**, minha primeira orientadora de projeto, quanto aprendi e amadureci, e de lá pra cá nunca mais parei de pesquisar, minha gratidão a ti também pessoinha de muita luz! Levarei sempre comigo seu sorriso doce, que encanta a todos com sua energia! Obrigada!

- **Aos meus eternos professores** desde o início da minha caminhada formativa até o presente momento, do jardim de infância à graduação! Se eu cheguei até aqui, é porque sempre estive em ombro de gigantes! **A todos aqueles que realmente exercem a profissão com amor, dedicação, com respeito a seus alunos**, com reflexão da sua prática pedagógica, que impulsiona e incentiva a cada acadêmico (a) para o melhor caminho! Obrigada pela contribuição de vocês em minha formação seja direta ou indiretamente! Vocês foram peças chave para que isso se concretizasse em minha vida! Meu muito Obrigado!

- **A Assistente Social Aline**, por sua luta diária para atender todos os alunos que chegam até você. Estarei sempre torcendo que valorizem tudo que você faz por todos nós alunos, porque tenho a certeza que muitos de nós não estaríamos aqui hoje sem a sua ajuda, sem você nos ouvir. Desconheço alguém tão inteligente e com tanta paciência para ensinar aquilo que sabe, parando seu próprio serviço para nos atender, saibas que aprendi muita coisa para a vida contigo!

- **A Pedagoga Andréia, a psicóloga Claudia, a pedagoga Izabel, a Jeani, a Marinês, ao Bruno, a Caroline Restan, ao Giuliano, ao Samuel, as nossas zeladoras e os guardiões,** a UFFS não seria nada sem vocês, sem a alegria, sem o amor, sem os sorrisos, sem a humildade de vocês, a nossa instituição só se fortalece e se concretiza a partir de pessoas assim!
- **Aos professores Antônio e Marcos Beal,** por todas as vezes que me acolheram, ouviram, por sempre estarem dispostos a ajudar os acadêmicos, se estou hoje aqui concluindo mais essa etapa, também foi graças a vocês!
- **Ao grupo de pesquisa TRIPEC,** por cada encontro de crescimento e parceria!
- **A Escola Estadual Rocha Pombo de Capanema,** a direção, pedagogas e professora de Biologia, por terem me permitido realizar a pesquisa nesse Colégio ENCANTADOR. Meu eterno Agradecimento!
- **Aos eternos amigos:** Cláudia, Chaiane, Talita, Welington, Rosana, Andressa Furtado, Adolfo, Ana Ferradini, Ana Maria Guidini, Milena, Andressa Masetto, Carla Munique, Natieli, Diana Perin, Sandra Pesente, Sinara Straburg, Danieli Zanelatto, Patricia, Claudineia, Ederson, Elton, Jeferson, João Fusther, Maicon, Juliana, Neiva, Maiara, Obrigada a cada um por todas as vezes que me deram força, me ouviram, pelos risos, choros, angústias e abraços Compartilhados! Pelas construções de conhecimentos, pelos incansáveis estudos, pelas parcerias de trabalho em grupo, por serem do jeitinho que são! Tenho imensa gratidão por tê-los comigo!
- **Aos amigos de graduação e a todos àqueles** que direta ou indiretamente fazem parte da minha caminhada e que me esqueci de nomear aqui, mas que sabem que lhes amo e os agradeço infinitamente também.
- Por fim, **agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza,** por me proporcionar tantos momentos lindos e bons, outros ruins que serviram para o meu fortalecimento e reflexão. Saio daqui com o coração leve, tranquilo, agradecido por todas essas pessoas que me ajudaram, e contribuíram de forma indireta ou direta para que tudo isso se concretizasse. E foi através dessa instituição que conheci as melhores pessoas, que fizeram do meu caminhar mais humanizador e aprendente! Obrigada de coração a cada um!

“Se você cansar, aprenda a descansar e não a desistir!”

RESUMO

O assunto inclusão escolar de alunos com deficiência visual, ainda é bastante polêmico na esfera educacional, pois são inúmeras as questões geradas em torno das práticas pedagógicas inclusivas. No entanto sabemos que na contemporaneidade, o professor tem como finalidade mediar e possibilitar a construção de conhecimentos para todos os alunos. Inserida, portanto, no âmbito da perspectiva inclusiva, esta pesquisa, teve como foco, o processo de construção de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência visual. Dessa forma buscamos compreender como a audiodescrição medeia à construção de conhecimentos por pessoas com deficiência visual e/ou baixa visão, bem como para os videntes. O objetivo desta pesquisa consiste compreender o uso da audiodescrição como recurso de mediação na prática pedagógica, procurando identificar se o emprego desse recurso contribui para a potencialização do ensino e aprendizado para os alunos com deficiência visual bem como para os videntes. Realizou-se a pesquisa no Colégio Estadual Rocha Pombo – EFM Normal, situado no município de Capanema - PR. A proposta dessa pesquisa para ampliar os estudos sobre a audiodescrição teve sua metodologia estruturada por meio de uma pesquisa de cunho qualitativo, por meio de uma pesquisa-ação. A partir dos objetivos a serem alcançados, optamos por definir a pesquisa como sendo exploratória e descritiva. Os resultados demonstraram para fins educacionais a audiodescrição configura-se como uma nova forma de abordagem de Tecnologia Assistiva, sendo um recurso de acessibilidade comunicacional que expande o entendimento das pessoas com e sem deficiência visual. Por fim, as mudanças na atitude das pessoas envolvidas nas ações educadoras podem facilitar esse processo inclusivo.

Palavras-chaves: Audiodescrição. Tecnologias de Informação e Comunicação. Processo de ensino e aprendizagem. Inclusão. Cegueira.

ABSTRACT

The subject of school inclusion of students with visual impairment is still quite controversial in the educational sphere, since there are innumerable questions generated around inclusive pedagogical practices. However we know that in contemporary times, the teacher has the purpose to mediate and enable the construction of knowledge for all students. Inserted, therefore, within the scope of the inclusive perspective, this research focused on the process of construction of teaching and learning of people with visual impairment. In this way we seek to understand how audiodescription mediates the construction of knowledge by people with visual impairment and / or low vision, as well as for the visionaries. The aim of this research is to understand the use of audio description as a mediation resource in pedagogical practice, trying to identify if the use of this resource contributes to the potential of teaching and learning for students with visual impairment as well as for the visionaries. The research was carried out at the Rocha Pombo State College - Normal EFM, located in the municipality of Capanema - PR. The proposal of this research to broaden the studies on audiodescription had its methodology structured through a qualitative research, through an action research. From the objectives to be achieved, we chose to define the research as exploratory and descriptive. The results demonstrated for educational purposes audiodescription is a new form of Assistive Technology approach, being a communicational accessibility feature that expands the understanding of people with and without visual impairment. Finally, changes in the attitude of the people involved in the educative actions can facilitate this inclusive process.

Keywords: Audiodescription. Information and Communication Technologies. Teaching and learning process. Inclusion. Blindness

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRIOS E A DEFICIÊNCIA VISUAL..	17
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	17
2.2 CONHECENDO A DEFICIÊNCIA VISUAL	20
3. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SALA DE AULA.....	23
3.1 AUDIODESCRIÇÃO: SUAS POTENCIALIDADES NA CONSTRUÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	23
4. METODOLOGIA.....	26
4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	30
4.2 ANÁLISES DOS DADOS APÓS A INSERÇÃO DA AD NA SALA DE AULA	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

O assunto inclusão escolar de alunos com deficiência visual, ainda é bastante polêmico na esfera educacional, pois são inúmeras as questões geradas em torno das práticas pedagógicas inclusivas.

A preocupação com esse tema se deu em decorrência das memórias construídas ao longo da caminhada pessoal e acadêmica. Tudo se inicia desde o meu nascimento, aonde surgiam grandes desafios ao que se relacionava a viver em um mundo diferente das demais pessoas. Carregando comigo uma deficiência muscular, fiz por diversas vezes refletir sobre tudo, desde como era o olhar dos outros sobre a inclusão, me fez entender a diferença entre piedade e carinho de verdade, pois muitos dos que caminhavam junto comigo impulsionavam e faziam me sentir “um ser normal”, outras por vezes já tinham aquele olhar de “coitadinha”, fragilizando-me cada vez mais.

Era e ainda é engraçado o medo que as pessoas têm de perguntar sobre a minha deficiência física e o mais triste ainda para mim eram as atividades da escola que não me incluíam. Ainda hoje na universidade, se repetem essas cenas.

Antes julgava os professores, principalmente de educação física, por não adaptar os jogos, as atividades, por diversas vezes fui apenas aquela criança que anotava as partidas, ou aquela que teria que copiar várias páginas enquanto seus amiguinhos estavam brincando. Antes mesmo do horário da aula de educação física, via meus colegas ansiosos, e para mim? Bom, seria a pior aula.

Hoje com mais clareza percebo que não estamos preparados para o diferente, para a diversidade em nossas salas de aula. Mas que podemos refletir e melhorar nossas práticas e metodologias pedagógicas.

Ao chegar ao estágio, vivenciei a situação da qual nunca esquecerei uma aluna surda. Ao ver muitos professores ignorando a presença dela em sala de aula, lembrei de mim mesma. Foi então, que o desafio começou: Adentrar em “outro mundo” no sentido de visão, de reflexão, de se colocar no lugar do outro. E foi e está sendo magnífico!

Após muitos incentivos e motivações por parte também dos professores Ronaldo e Cristiane, despertou-se o interesse por trabalhar com a audiodescrição (AD). Após ter conhecido

a Adriana e seu esposo (ela cega e ele com baixa visão), estava ciente que era isso que queria: aprender a ensinar de modo inclusivo.

E para isso é de suma importância entender o processo de inclusão e principalmente o foco do trabalho: Compreender como a audiodescrição pode mediar e potencializar a construção de conhecimentos por alunos com deficiência visual.

Primeiramente, é necessário fazermos compreender, enquanto professores, que para todos nossos alunos não podemos utilizar recursos apenas tradicionais e é nesse sentido que as Tecnologias Assistivas (TA) tornam-se aparatos valiosos para a acessibilidade à comunicação e informação para todos. Essa pesquisa tem como alvo, o processo educativo dos alunos com deficiência visual que estão inseridos no Ensino Médio Regular, que é a etapa final da educação básica, com duração de três anos, aprofundando os conhecimentos construídos durante o ensino fundamental, e prepara os alunos para seguirem seus estudos bem como para o trabalho, dando autonomia e pensamento crítico, fazendo o aluno relacionar a teoria e a prática, no ensino de cada disciplina ofertada (LDB 9.394/96).

Ressalta-se assim que a Tecnologia Assistiva é qualquer ferramenta, recurso ou estratégia desenvolvida e utilizada com a finalidade de proporcionar maior independência e autonomia à pessoa com deficiência. São considerados como Tecnologia Assistiva, portanto, desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a apreensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade (GALVÃO FILHO et al; 2007).

Nessa pesquisa, a “Tecnologia Assistiva, é referência utilizada como instrumento de mediação e como ferramenta para o “empoderamento”, para a equiparação de oportunidades e para a atividade autônoma da pessoa com deficiência”, (GALVÃO FILHO, 2009, p. 30). Nesse sentido, a Tecnologia Assistiva que deu suporte a essa pesquisa foi a audiodescrição, por acreditar-se que a mesma possa potencializar o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência visual, bem como dos alunos videntes.

A audiodescrição contribui para o acesso à cultura e a informação, contribuindo para a inclusão social, cultural e escolar (MOTTA, 2010). Assim, a AD, foi inserida no conteúdo transversal de Biologia do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Rocha Pombo, cuja turma tinha um aluno com deficiência visual, baixa visão.

De acordo com os dados apontados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2010, cerca de 15% da população, vive com algum tipo de deficiência. Números estes, que tem aumentado com o crescimento populacional, entre outros.

No Brasil, o Censo Demográfico 2010, apontou que 45.606,048 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma deficiência, correspondendo a 23,9% da população brasileira (IBGE, 2010). Das pessoas com deficiência, cerca de 47.356 estão matriculados no Ensino Médio regular (INEP, 2013). No estado do Paraná, aproximadamente 3.500 alunos com deficiência visual estão inseridos nas 674 escolas do estado (Secretária da Educação). Uma vez, que esses alunos estão inseridos na sala de aula regular, justifica-se o uso da audiodescrição para uma nova prática pedagógica que fortaleça, potencialize o processo inclusivo.

Ressalta-se assim, que a realização desta pesquisa se dá pela escassez de pesquisas sobre a audiodescrição no contexto do ensino e pelo fato do crescente número de pessoas com deficiência visual inseridas no campo da educação.

Inserida, portanto, no âmbito da perspectiva inclusiva, esta pesquisa, teve como foco, o processo de construção de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, o caminho a ser trilhado neste trabalho foi desafiador e ao mesmo tempo encantador, qual seja: inserir o aluno com deficiência visual no âmbito dos recursos das Tecnologias Assistivas, sendo a audiodescrição o recurso tecnológico utilizado para potencializar a construção de uma educação inclusiva.

Com esses apontamentos destacamos a necessidade de buscar estratégias e propostas que possam contribuir para a reflexão, apropriação e utilização, da audiodescrição nas salas de aula. Portanto, este trabalho de investigação teve sua metodologia de cunho qualitativo, por meio de uma pesquisa-ação, que sugere o papel ativo da pesquisadora para solução de um problema por meio de ação (THIOLLENT, 2003). Destaca-se também, que a pesquisa fundamentou-se na teoria sócio histórica, pois se buscou valorizar a deficiência visual em todos os momentos por acreditar nas possibilidades de desenvolvimento humano, principalmente por essa não se dar isoladamente. Por compreender que a situação histórica, e cultural da educação, é determinante na construção social humana e no papel atribuído a linguagem (VYGOTSKY, 1998).

Dessa forma buscamos compreender como a audiodescrição medeia à construção de conhecimentos por pessoas com deficiência visual e/ou baixa visão, bem como para os videntes. Tendo como questões de estudos norteadores: Como a audiodescrição auxilia na construção do

ensino e aprendizagem? De que forma os professores percebem e utilizam as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no exercício da sua prática docente, de forma particular a audiodescrição? A audiodescrição pode ser um recurso de Tecnologias Assistivas que serve como elemento potencializador na compreensão dos conteúdos escolares, tanto por alunos com deficiência visual, quanto por aqueles que não o são?

Logo, o objetivo geral foi compreender o uso da audiodescrição como recurso de mediação na prática pedagógica, procurando identificar se o emprego desse recurso contribui para a potencialização do ensino e aprendizado para os alunos com deficiência visual bem como para os videntes. E com os objetivos específicos buscamos mapear os movimentos de inserção da audiodescrição no contexto do ensino básico, considerando o envolvimento dos participantes; construir uma proposta metodológica de inserção da audiodescrição nos conteúdos escolares de Biologia; verificar os impactos que a audiodescrição trouxe para os participantes tanto para os videntes quanto para os de baixa visão. E por último, contribuir com as reflexões sobre a importância da audiodescrição como facilitadora da aprendizagem do deficiente visual.

O intuito desse trabalho não é abranger todas as questões sobre a AD, mas sim focar em como essa pode ser inserida no âmbito educacional.

Nesse contexto, a presente monografia está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos a contextualização do problema de pesquisa, destacando o problema de investigação e os objetivos dessa pesquisa. Já no segundo capítulo expomos o referencial teórico com um breve contexto da educação inclusiva bem como os conceitos sobre a deficiência visual. Sobre audiodescrição no contexto educacional abordamos no capítulo três.

A metodologia, análise e discussão dos dados são descritas no quarto capítulo. Finalizando-se as discussões dos dados após a inserção da AD na sala de aula, o último capítulo relata as considerações finais da pesquisa.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS E A DEFICIÊNCIA VISUAL

Inicia-se este trabalho com um breve histórico sobre a inclusão e escolarização do aluno com deficiência visual, resgatando assim aspectos históricos e configurações atuais, na sequência são apresentadas as definições de deficiência visual, e no decorrer é contextualizada a importância da audiodescrição no processo de construção de ensino e aprendizagem.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Remetemos à Idade Média, cuja época é marcada por lutas. No século XV, as pessoas que eram consideradas com deficiência mental ou física poderiam ser queimadas, pois diziam que estas estavam afetadas pelos espíritos malignos. Já a partir do século XVII, esses mesmos seres, eram escondidos, presos em hospitais, celas e calabouços, para que não tivessem convívio social, marcando assim esses períodos pela exclusão das pessoas com deficiência (PESSOTTI, 1984).

Com o passar dos anos, começaram a serem desenvolvidas novas práticas de atenção às pessoas com deficiência, é então que no Brasil, no século XIX, inicia-se o interesse de alguns educadores em atender essas pessoas inspirados por experiências europeias e norte-americanas (SCALIANTE, 2017).

O processo de inclusão dos alunos com deficiência visual se dá na segunda metade do século XVIII em Paris, onde surgem as primeiras instituições educacionais para pessoas com deficiência visual. A escola exclusivamente para cegos foi fundada por Valentim Haiüy, mais tarde transformada no Instituto de Jovens Cegos de Paris. Nesse Instituto os cegos utilizavam letras com linhas em alto relevo, mas ainda era ineficiente por permitir a leitura de apenas pequenos textos, impossibilitando ainda ao acesso à escrita (SANTOS, 2007).

Foi então que no ano de 1829, um aluno do Instituto de Jovens Cegos de Paris, Louis Braille, criou um sistema de leitura e escrita tátil para cegos, que utilizava seis pontos em relevo, que sistematizou sessenta e três sinais, que podem ser utilizados na matemática, música, gramática, literatura. É o que conhecemos hoje por Sistema Braille, em homenagem ao criador,

que possibilita às pessoas com deficiência visual ler, escrever, expor suas ideias, construir seus conhecimentos em geral (SANDES, 2011).

Dom Pedro II, ao ter acesso ao Sistema Braille, ficou sensibilizado. No ano de 1854 autoriza a criação da primeira escola para cegos no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Hoje conhecida por Instituto Benjamin Constant (FRANCO; DIAS, 2017).

Na década de 50, alunos com deficiência visual começam a frequentar classes regulares nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Esse é o processo chamado de integração, aonde os alunos com deficiência visual são colocados em salas de aula especiais, mas continuam sendo discriminados.

Apenas na década de 1970 que ocorrem maiores mobilizações para as políticas voltadas às pessoas com deficiências, e é nesse ano que se criam os serviços específicos nas Secretarias Estaduais de Educação, com o objetivo de resolver os problemas presentes até a ocasião na educação especial e inclusiva (ROSA; ANDRÉ, 2013). O final desta década pode ser considerado “um marco divisor da Educação Especial, porque até então a educação especial esteve mais sujeita a sensibilidade das ações principalmente filantrópicas” (ROSA; ANDRÉ, 2013 p. 43). Analisamos assim, que esse período foi o primeiro momento que o governo cria realmente leis e faz investimentos financeiros na educação de alunos com deficiências, o que auxiliou na promoção da inclusão social destes.

A Constituição Federal, no ano de 1988, em seu artigo 208 no inciso III rege que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência deve ser preferencialmente na rede regular de ensino (JANUZZI, 2011). Após essa tomada de decisão surge a preocupação nas diversas modificações no âmbito educacional, pois as escolas passaram a se organizar para o atendimento de alunos com deficiências. E é no ano de 1990, que se cria a Fundação Dorina Nowil, sendo esta referência na produção de livros didáticos em braile, até hoje.

Nesse sentido, é preciso compreender como se dá o ensino nas salas de aula regulares para os alunos com deficiência visual. E no ano de 1990, em uma conferência, na Tailândia, o nosso país optou pela construção de um sistema educacional inclusivo, concordando, portanto com a Declaração Mundial de Educação para Todos (BRASIL, 2001). E ainda, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, o país mostrou aceitar os postulados estabelecidos em Salamanca, na Espanha em 1994.

Conforme os autores Veltrone e Mendes (2007), no discurso atual, as escolas com propostas inclusivas precisam atender a todas as dificuldades de seus alunos, garantindo currículos apropriados, recursos, modificações de estruturas, dentre outros. As escolas recebem os alunos de inclusão para cumprir a lei, entretanto percebemos que as escolas não estão preparadas por diversos fatores.

Desse último documento, aparece que toda a criança com necessidades educacionais especiais deve receber o apoio adicional necessário e contínuo, pois cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias. E, portanto a escola regular precisa se organizar para oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente aos portadores de deficiências.

No entanto, em 2007 novas alterações ocorreram, pois houve a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que foi complementada pelo Decreto 7611/2011 no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2011). Essas políticas complementam-se e reforçam a legislação, visando auxiliar no estímulo do desenvolvimento dos indivíduos cegos e sua inclusão nas salas de aula no ensino regular.

Encontramos ainda, na Constituição Federal do Brasil o princípio da igualdade como pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa. No capít. do seu Art. 5º que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (CF - Brasil, 1988).

A educação inclusiva é entendida como um processo de inclusão de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais ou distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino. Porém a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da inclusão (2008) sinaliza a inclusão de aluno com deficiência nas salas de ensino regular.

Nesse sentido, sabemos que a inclusão acontece por processo de interação entre a sociedade, escola, e alunos com deficiência, que estes por suas vezes passam a se reconhecerem, criando sua identidade. Logo, a inclusão significa uma revolução educacional, no entanto, para que de fato ocorra é preciso que a educação assuma posturas de mudanças nas práticas educacionais discriminatórias. Para isso é preciso refletir e (re)pensarmos as nossas metodologias de construção de saberes. Adequando-nos assim, as exigências de uma sociedade do

conhecimento que renuncia às dificuldades e preconceitos de todo tipo dentro e fora do espaço-tempo da sala de aula. Nesse contexto, conceituamos segundo Lopes e Fabris (2013, p. 74) que:

Ín/excluídos passa ser um conceito que abrange tipos humanos diversos que vivem sob variadas condições, mas que carregam consigo uma história de discriminação negativa. Isso equivale a dizer que na atualidade há esforços de Estado para a diminuição dos excluídos, embora continuemos a apontar exclusões a partir da mobilidade de outros conceitos. Entre os conceitos mobilizados está o de in/exclusão.

Verificamos então, que a inclusão e exclusão são oportunidades de repensar as nossas práticas educativas, e por isso autores como Piletti (2001), citam que os professores exercem papel de suma importância social na vida de seus alunos. É importante destacar, que qualquer proposta inovadora, como a proposta de projetos pedagógicos inclusivos, acaba encontrando dificuldades, principalmente no que se referem às políticas públicas adequadas, escolas e materiais didáticos adaptáveis e acessíveis (SARTORETTO, 2009).

Com isso, é necessário que nós professores conheçamos nossos alunos e não os julgemos ou façamos comparações pelo simples fato de terem a deficiência visual, pois todos têm suas particularidades e tempos de aprender (CARLO, 2001).

2.2 CONHECENDO A DEFICIÊNCIA VISUAL

Salientamos que, o conceito de deficiência visual é classificada de acordo com definições médicas em cegueira e baixa visão. São consideradas as pessoas cegas àquelas que a “[...] acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, após a máxima correção óptica” (BRASIL, 2004). A baixa visão é definida de acordo com a “[...] acuidade visual de 0,3 a 0,05, no melhor olho, com a melhor correção óptica” (BRASIL, 2004).

No entanto, alguns autores corroboram com a pesquisa ao criticarem essas definições médicas. Pois, acreditamos que devemos analisar a capacidade que cada pessoa com deficiência visual possui para utilizar a sua visão da melhor forma possível. Amiralian (1997) cita que “[...] a constatação de que muitas crianças “cegas” liam o Braille com os olhos levou os especialistas a uma reformulação do conceito, que passou a centrar-se na maneira pela qual o sujeito apreende o mundo externo” (p. 34).

Por isso, a definição educacional mais ampla considera cegos, os alunos que:

[...] não têm visão suficiente para aprender a ler em tinta, necessitam, portanto, utilizar de outros sentidos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico) no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. O acesso à leitura e escrita dar-se-á pelo sistema Braille (BRASIL, MEC, 2002, p. 13).

Por sua vez, os alunos com baixa visão “[...] são aqueles que utilizam do seu pequeno potencial visual para explorar o ambiente, conhecer o mundo e aprender a ler e escrever” (BRASIL, MEC, 2002, p. 13). Por isso não devemos dar a definição geral para a deficiência, pois precisamos determinar como o sujeito enfrenta suas limitações, e só assim a escola conseguirá avançar ao que se refere à inclusão de todos.

Amiralian (2004) nos ajuda a entender que, existem problemas específicos às pessoas com baixa visão, a primeira refere-se à dificuldade de nós professores identificarmos esses alunos como sendo uma pessoa com deficiência visual, e por conta disso, acabamos não adaptando metodologias e avaliações, por não acreditarmos que estes possuem uma limitação visual. A autora ainda destaca que as dificuldades encontradas por esses alunos, seja na realização das tarefas escolares ou nos comportamentos sociais, são, na maioria das vezes, calculadas à ineficiência, à incapacidade mental ou à falta de vontade (AMIRALIAN, 2004). Lembrando também, que pela vergonha ou medo, esses alunos acabam não falando para o professor que possuem baixa visão, dificultando ainda mais o processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, a aceitação e flexibilidade de nós professores em relação à limitação do aluno com baixa visão, é um dos principais fatores que afeta a inclusão na sala de aula. É necessário incluí-lo no ambiente escolar como um todo e propiciar interação com seus colegas, promovendo sua socialização, resgatando sua autoestima e cidadania. É nessa conjuntura que entra o papel das adequações curriculares para as pessoas com deficiência visual.

As adequações curriculares favorecem o acesso de todos os alunos, a proposta curricular do Ensino regular, está previsto pelo Ministério da Educação por meio da publicação “Saberes e práticas da Inclusão - Desenvolvendo competências para atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão” (Brasil, 2006).

Ao promover para o aluno de baixa visão, materiais ampliados, como livros, provas, atividade em geral será facilitada a compreensão dos conteúdos propostos pelos professores, bem como tempo diferenciado para a realização de provas, o uso de computadores, vídeos com

audiodescrição, lupas, lápis 6B, dentre outros, além é claro de orientar e sensibilizar o aluno para que ele se sinta em um lugar iluminado e próximo ao quadro.

Ressalta-se assim, a importância de nós professores considerarmos as limitações de nossos alunos ao realizar qualquer atividade, sem comprometer a escolarização e construção de conhecimento dos alunos. Bem como, promovermos aprendizagem cooperativa entre os educandos sendo uma boa alternativa, uma vez que possibilita a socialização e a interação entre os mesmos. Por fim, precisamos estimular e encorajar nossos alunos, pois notaremos o desempenho destes.

3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS SALAS DE AULA

Verifica-se que em muitas escolas os recursos tecnológicos ainda não fazem parte do currículo como uma estratégia metodológica capaz de auxiliar na produção e construção do conhecimento científico e tecnológico como um todo. No entanto, as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs estão cada vez mais presentes no contexto escolar, por isso não se deve deixar de trazê-las para dentro das salas de aulas, aproveitando as suas potencialidades enquanto ferramentas para ensinar e aprender.

Consideramos, no entanto, que a inserção dos recursos tecnológicos na escola não é garantia de uma transformação qualitativa nas práticas pedagógicas, mas que elas podem promover mudanças na realidade social. Desde que sejam utilizadas como uma prática que propicie a construção de conhecimento e não a sua mera transmissão (SEEGGER; CANES; GARCIA, 2017).

É importante ressaltar ainda, que dentro das Tecnologias de Informação e Comunicação, está a Tecnologia Assistiva, dentro da qual se encontra a audiodescrição, que é o tema gerador dessa pesquisa.

Para Andrade (2000), grande parte dos professores utiliza recurso das linguagens audiovisuais em suas aulas, entretanto, a maioria não possui conhecimento acerca da sua utilização, pois em grande parte, os cursos de licenciatura, não incluem no currículo discussões sobre esses recursos. No entanto, pessoas com deficiência apresentam necessidades específicas na construção de ensino e aprendizagem, que não se resolvem apenas com práticas pedagógicas tradicionais. E é nesse sentido que a audiodescrição pode potencializar a construção de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual, bem como para os alunos videntes.

3.1 AUDIODESCRIÇÃO – SUAS POTENCIALIDADES NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

A audiodescrição é um recurso de Tecnologia Assistiva que se consolida como uma mediação linguística, uma modalidade de tradução sem interpretação para o ouvinte, que

transforma o visual em verbal, o qual dá acesso à informação ao deficiente visual contribuindo assim para o processo de inclusão (FRANCO, 2010). É um gênero tradutório que traduz, em palavras escritas ou oralizadas, as informações e características, de imagens e vídeos, necessários à compreensão, apreciação e construção de conhecimento dos acontecimentos visuais, gerando o empoderamento de pessoas com algum tipo de deficiência visual (LIMA, 2011).

Lembrando que o empoderamento constitui “o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão” (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2009).

De posse da compreensão do conceito de audiodescrição, serão destacados alguns elementos históricos para situar acerca do surgimento da audiodescrição.

A primeira vez que a audiodescrição apareceu oficialmente descrita, foi na tese de pós-graduação “Master of Arts”, apresentada na Universidade de São Francisco pelo norte-americano Gregory Frazier, em 1975 (POZZOBON, 2014). Frazier apostava que as informações inseridas poderiam aumentar a compreensão do ouvinte. No entanto, Araújo e Aderaldo (2013) apontam que os precursores em descrição acessível foram o casal Margareth e Cody Pfanstiehl, que na década de 80, foram responsáveis pela audiodescrição de peças teatrais no Arena Stage Theater. A história iniciou quando Margareth havia perdido gradativamente a visão, e então passou a desenvolver uma técnica descritiva adequada para se ter a compreensão da cena teatral.

De acordo com Costa (2014), quase 20 anos após a existência da AD nos Estados Unidos e Europa, é que surgem os dois primeiros momentos da entrada da AD no Brasil: O projeto Vídeo narrado realizado por Maria Cristina Martins, pedagoga, no Centro Cultural Louis Braille em 1999 e após em 2003, por meio do festival de filmes sobre deficiências, chamada “Assim Vivemos”.

Outra produção pioneira no Brasil foi no ano de 2008, quando surgiu pela primeira vez uma propaganda na televisão que era acessível às pessoas com deficiência visual.

Já no contexto educacional, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), se intensificaram as ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, a fim de que todos tenham direito à educação, sem nenhum tipo de discriminação, e criando alternativas para superar os desafios encontrados. Logo, as escolas passam a repensar suas organizações, seus currículos, pois com a política inclusiva a presença de alunos com deficiência passa a ser maior nas salas de aulas regulares.

Em se tratando de alunos com deficiência visual, fica claro que é necessário trabalhar com recursos didáticos adequados, lembrando que, além dos recursos já existentes, destaca-se, o uso da audiodescrição. Trata-se de um recurso da Tecnologia Assistiva que serve de mediadora e potencializadora da construção do processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que possibilita a acessibilidade ao aluno com deficiência visual.

Porém, para inserir a audiodescrição na sala de aula, é preciso considerar uma prática pedagógica que atenda as necessidades de uma educação inclusiva. Vale lembrar também que “a audiodescrição destinada às imagens estáticas segue os mesmos princípios para as imagens dinâmicas, no que se refere à objetividade, à tradução dos elementos visuais em palavras e ao cuidado de não fornecer a interpretação” (MOTTA, 2015, p.59). Ou seja, ao descrever imagens ou vídeos, procurar-se-á provocar reflexão, estímulos, promover curiosidade, mas nunca se dará a interpretação, a resposta; fazendo que seja apenas uma forma de mediação.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A proposta dessa pesquisa para ampliar os estudos sobre a audiodescrição teve sua metodologia estruturada por meio de uma pesquisa de cunho qualitativo, por meio de uma pesquisa-ação.

A pesquisa de natureza qualitativa é descrita por Ludke e André (1986), como sendo:

[...] Pesquisa qualitativa que tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...]. A pesquisa qualitativa supõe o contato do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo [...] Os focos de observação nas abordagens qualitativa de pesquisa são determinada basicamente pelos propósitos específicos do estudo, que por sua vez derivam de um quadro teórico geral, traçado pelo pesquisador. Com esses propósitos em mente, o observador inicia a coleta de dados buscando sempre manter uma perspectiva de totalidade, sem se desviar demasiado de seus focos de interesse. Para isso, é particularmente útil que ele oriente a sua observação em torno de alguns aspectos, de modo que ele nem termine com um amontoado de informações irrelevantes nem deixe de obter certos dados que vão possibilitar uma análise mais completa do problema.

Segundo Minayo (2010), a pesquisa de natureza qualitativa, trabalha com o universo de significados, motivos, valores que correspondem às relações dos processos e fenômenos que vão ocorrendo ao longo da pesquisa, e ainda, o pesquisador estará inserido em um cenário social com elementos que o constituem e está constituído por ele (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 81).

A partir dos objetivos a serem alcançados, optamos por definir a pesquisa como sendo exploratória e descritiva. Exploratória, por refletir novos conceitos e ideias, proporcionando ao leitor uma maior familiaridade com o tema proposto (SAMPIERI, 2006), pois, como relatado no início do trabalho, ainda não se verificou a existência de estudos que relacionem a AD inserida no ensino em situações curriculares específicas na sala de aula. Por outro lado a pesquisa é descritiva, pois descreve a recepção e compreensão da importância da AD para os alunos com deficiência visual, bem como para os videntes.

Na pesquisa-ação, por sua vez, ocorre o papel ativo do pesquisador para solução de um problema ou potencializar uma metodologia por meio é claro de uma ação, com ligação subentendida na sintonia dos participantes para com o pesquisador (THIOLLENT, 2003). É uma pesquisa social com base empírica e é realizada com uma ação ou resolução de um problema

coletivo. Nesse sentido pesquisadores e participantes se envolvem cooperativamente para resolução do mesmo.

Portanto, as interações com a pesquisa e com os participantes foram numa perspectiva sócio-histórica, pois está focada no contexto escolar, com as diversas interações que ocorrem entre cada um ali inserido no seu espaço-tempo. A atuação ocorreu no contexto escolar de uma sala de aula do Ensino Médio de um Colégio público, na disciplina de Biologia, com sujeito com deficiência visual matriculado no ensino regular, com colegas videntes e com a professora. As interações foram planejadas antecipadamente com a utilização da AD, e depois de executadas ocorreu sua análise, que mais adiante proporcionou elementos importantes para a elaboração das demais etapas da pesquisa.

No que se refere aos objetivos da pesquisa-ação: resolução de problemas, tomada de consciência e produção de conhecimento (THIOLLENT, 2009), estes foram contemplados pela inserção do vídeo de curta duração, na aula de Biologia - como tema transversal. Ainda, realizamos uma roda de conversa com os alunos e professora, elencando clareza de conceitos que permeiam a educação inclusiva. Essas experiências de mediação e diálogos sobre e com a audiodescrição podem servir de exemplo para uso em outras disciplinas e com outros sujeitos incluídos. E por haver lacunas nas pesquisas nesse âmbito, apontaram o caminho para realização de novos estudos.

Ressaltando que, como a pesquisa não pode se limitar as ações, houve a construção de novos conhecimentos.

A ação foi mediada, com audiodescrição, no ambiente de investigação Colégio Estadual Rocha Pombo – EFM Normal, localizado na cidade de Capanema – Paraná. Como primeiro passo, mantivemos contato com a Direção Geral da escola e com a professora de Biologia.

Realizamos, portanto, o convite pessoalmente aos participantes da pesquisa. Dialogamos sobre o objeto da pesquisa, apontando a finalidade da pesquisa, a importância das colaborações no processo de pesquisa. Os sujeitos da pesquisa foram então definidos a partir dessa conversa. Para o aluno com deficiência visual: ser aluno do ensino regular; estar disponível e aceitar participar da pesquisa. A professora e a disciplina foram escolhidas pela pesquisadora por ser a mesma acadêmica do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura. Além disso, a professora colocou-se a disposição para participar efetivamente deste estudo, permitindo a realização de fotografias e o acesso ao planejamento de aulas.

E a inclusão dos alunos videntes, definiu-se em virtude de se defender a hipótese de que a AD é um recurso de Tecnologia Assistiva que pode servir como elemento potencializador na compreensão dos conteúdos escolares, tanto por alunos com deficiência visual quanto por aqueles que não o são. E por fim, pela localidade da escola, por Capanema ser próximo a Realeza (PR).

O trabalho contou com vinte e seis participantes, sendo eles: 01 aluno com deficiência visual, definido nesta pesquisa como ALDV (Aluno com Deficiência Visual); vinte e três alunos videntes, ALV (Aluno Vidente), 01 pedagoga (PD) e a professora de Biologia, PB (Professora de Biologia), que ministrava aula na turma do primeiro ano do ensino médio, em que os alunos estavam inseridos.

Ao que se refere à aceitação em participar da pesquisa os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou o Termo de Assentimento TCLE (Anexo 02), os alunos menores de idades receberam o TCLE para pais de menores envolvendo pesquisas em Instituições educativas (Anexo 01) cujo quais foram assinados pelos pais. A responsável pelo Núcleo Regional assinou a Declaração de Liberação da Pesquisa (Anexo 03).

Lembramos que com o aluno com deficiência visual foi realizada entrevista gravada e com os alunos videntes, bem como para a professora e pedagoga foi feito questionário (Anexos 5 e 6). No entanto, utilizando das mesmas questões. A entrevista e os questionários foram realizados na própria instituição de ensino - Colégio Estadual Rocha Pombo – EFM Normal, quanto à duração da entrevista e dos questionários, foi de aproximadamente quarenta (40) minutos.

Sobre o questionário, a intenção para esse instrumento foi de obter um número maior de informações relevantes, explorando as opiniões e experiências de cada indivíduo participante sobre o tema gerador da pesquisa. Identificando assim, as compreensões que os participantes apresentavam sobre as seguintes temáticas: Concepção de educação inclusiva; Compreensão das características da deficiência visual (cegueira e baixa visão); A importância do uso de materiais adequados; Principais dificuldades em ser aluno regular no EM; Principais desafios que a cegueira traz para o processo de aprendizagem; Como é ser vidente e conviver com aluno com deficiência visual; Os desafios de ministrar aulas para alunos com deficiência; Qual o nível de compreensão dos conteúdos de Biologia, as motivações desta escola, como foram os percursos escolares dos alunos com deficiência visual, dentre outros.

Já para a observação participante o objetivo foi analisar as experiências, as expectativas dos participantes sobre a temática, a fim de sistematizar as etapas subsequentes da pesquisa. Segundo Serrano (1998), a pesquisa-ação implica uma metodologia de aprendizagem e de imersão na realidade, cujo objetivo é ter conhecimento da comunidade investigada.

As anotações provenientes da observação participante foram realizadas em um diário de campo da pesquisadora, sendo uma matéria prima para o estudo qualitativo dos dados obtidos. Durante a observação das aulas de Biologia, foram observados alguns aspectos como: Relação aluno-professor; O cenário das aulas, Como o conteúdo da aula era abordado; Como a atenção do professor para seus alunos; O material e método utilizado pelo professor (adaptação); A socialização entre os próprios alunos; verificação da compreensão do conteúdo com a inserção da AD na aula. Lembrando que essa etapa foi realizada antes da inserção da AD e após.

Para compreendermos o funcionamento do colégio e das aulas realizou-se a leitura e análise do Plano Político Pedagógico (PPP) do colégio e do Plano de Trabalho Docente (PTD) da professora de Biologia, focando em enxertos referentes à inclusão dos alunos.

Utilizamos também, os registros de fotos e gravações em áudio de algumas atividades da pesquisa. Para utilização desses recursos, houve a liberação dos participantes, para que o material fosse utilizado apenas para fins de pesquisa. Pode-se captar por meio das fotos, a disposição física da sala, a postura do professor ao dialogar com os alunos, o lugar onde o aluno com deficiência visual fica sentado. As técnicas audiovisuais foram utilizadas durante todo o percurso da pesquisa.

Através de diálogos com a direção e professores da escola, solicitaram-nos que além de inserir a audiodescrição, que realizássemos com os participantes uma roda de conversa para trabalhar coletivamente os conceitos que permeiam a educação inclusiva.

Frente a isso, realizamos uma roda de conversa a qual titulamos de “Audiodescrição: Um novo olhar para a inclusão”, nesse momento belíssimo, dialogamos sobre os termos e conceitos que se remetem à educação inclusiva, e fizemos a inserção da audiodescrição.

Essa última ação foi realizada da seguinte forma: Primeiro pedimos aos participantes para que fechassem os olhos e apenas ouvissem o vídeo nomeado de “Perfeito” encontrado no *youtube* sem audiodescrição, em seguida deveriam anotar o que imaginaram. Após de olhos novamente fechados os participantes ouviram o mesmo vídeo, porém com a audiodescrição, e posteriormente anotando o que imaginaram. De olhos abertos viram o vídeo com audiodescrição. Ao final,

mostramos um *thriller* do filme nacional “Teu Mundo Não Cabe Nos Meus Olhos”, contendo audiodescrição e tradução em libras e assim discutimos em conjunto sobre as potencialidades da AD para alunos com deficiência visual bem como para os videntes.

Objetivou-se assim: a) Identificar as condições de inserção da audiodescrição, no contexto do ensino por alunos com deficiência visual no Ensino Médio; b) Verificar a aplicabilidade da audiodescrição enquanto Tecnologia Assistiva, na melhoria da compreensão dos conteúdos escolares por alunos com e sem deficiência visual.

Aplicamos o questionário final e realizamos a análise e discussão dos dados obtidos durante a pesquisa-ação. Para esta etapa, com sugere Burke (1969, p. VX, apud WERTSCH, 1999), os alunos com e sem deficiência visual serão os agentes, e a audiodescrição será a agência, uma vez que o propósito é a inserção da audiodescrição nas aulas.

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS APARTIR DO DIÁRIO DE BORDO E QUESTIONÁRIO INICIAL

No primeiro contato com a direção da escola para explicar a pesquisa teve-se a sugestão de procurar o Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual, núcleo de trabalho que existe na escola e que esse grupo poderia auxiliar também na pesquisa. Outra indicação foi que houvesse diálogo com a professora de Biologia para ela entender a pesquisa e permitir a realização da mesma em suas aulas. Nesse contato foi possível esclarecer dúvida sobre como ia ser realizada a pesquisa, sobre a audiodescrição.

Após foi explicado a pesquisa por completo, também, para a representante do Núcleo da Educação Regional de Capanema, que assinou permitindo a realização da pesquisa no colégio (Anexo 03).

Após entrarmos em com a professora responsável pelo Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual - Capanema, e feito uma parceria para potencializar a pesquisa. Nesse local dialogamos com dois alunos cegos e seis alunos com baixa visão o que ajudou a entender melhor ainda o contexto da educação para pessoas com deficiência visual.

No encontro com a professora foram detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa, como seriam realizadas as observações, definição de datas para a inserção da AD na aula de Biologia. A professora nesse momento citou ter certa dificuldade em trabalhar com

alunos de inclusão e sentia que os alunos em geral precisariam trabalhar sobre inclusão como conteúdo transversal. Nesse sentido, em conversa também com as pedagogas do colégio, elas solicitam que solicitaram que fosse realizada uma roda de conversa para debater e refletir sobre conceitos geradores da educação inclusiva, além é claro de um vídeo com audiodescrição. Por fim, a professora assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nesta etapa foram escolhidos quem seriam os alunos participantes. Em conversa com as pedagogas, com a professora do Centro de Atendimento a Pessoa com Deficiência e com a professora de Biologia, foi definido que a turma seria o primeiro ano do ensino médio, por possuir um aluno com baixa visão, e que segundo elas tem bastante dificuldade de aprendizagem e é mais recluso em relação aos colegas.

Foi definido que durante a discussão dos dados os participantes seriam nomeados da seguinte forma:

- Aluno com deficiência visual – ALDV 01 (Aluno com Deficiência Visual);
- Alunos videntes, ALV 01, ALV 02, respectivamente até o ALV 23 (Aluno Vidente);
- Professora de Biologia, PB (Professora de Biologia);
- Pedagogas (PD).

Após a escolha dos participantes, segue-se com a descrição do perfil detalhado dos participantes da pesquisa através das observações realizadas. Iniciando com o ALDV 01.

O ALDV 01 reside em uma casa na zona rural com seu pai e sua mãe. Logo ao nascer a deficiência visual não foi diagnóstica, havia somente a suspeita. Após várias consultas foi diagnosticado com baixa acuidade visual (Baixa visão).

Sempre frequentou a escola, desde os 06 anos de idade, quando ingressou na Educação Infantil. Sempre estudou no ensino regular e no contra turno no Centro de Atendimento a Pessoas com Deficiência Visual.

ALDV 01, é bastante isolado dos demais colegas, possui poucos amigos na sala do ensino regular. É bastante prestativo quando professores precisam do auxílio para carregar materiais e afins. Quanto a sua escolarização, apresenta dificuldades de aprendizagem escolar. Tem locomoção e mobilidade normais.

Ao que se refere aos alunos videntes (ALVs), este grupo foi composto por 23 alunos. A disponibilidade e liberação dos pais para que pudessem participar da pesquisa, foram critérios importantes para tal.

Foram escolhidos por estarem, na mesma turma que o ALDV 01, o que favoreceu realizar um trabalho mais autêntico, uma vez que a convivência diária foi fundamental para definir e/ou melhorar as estratégias da pesquisa. A faixa etária do grupo varia entre 15 a 16 anos, tendo quatorze (14) meninos e nove (9) meninas, sendo a maioria classe média e baixa. O comportamento dos alunos em geral é tranquilo, são curiosos e atentos, o que facilita a aprendizagem dos mesmos. A relação entre eles, por serem a maioria meninos, caracteriza-se pelo contato com brincadeiras mais “agressivas”. Observamos ainda que, eles se ajudam quando se refere a aprender algum conteúdo ou realizar algum trabalho.

Realizamos também, um diálogo inicial com a professora, em que se objetivou identificar na prática docente, aspectos tais como: planejamento, a metodologia de ensino, como se dava o processo avaliativo, bem como identificar os principais desafios encontrados no cotidiano escolar ao lidar com alunos com deficiência visual.

A professora é graduada em Ciências Biológicas – Licenciatura e há 09 anos exerce a docência em instituições públicas e privadas de ensino de Capanema e região. Especificamente, durante a pesquisa, foi a professora responsável por ministrar a disciplina de Biologia, para Ensino Médio (turmas de 1º ano).

Foram realizadas seis horas de observações das aulas de Biologia, que tiveram por finalidade conhecer a metodologia e didática da professora, os materiais utilizados e as necessidades dos alunos. A professora que realizou a nossa apresentação à turma, esclareceu aos alunos sobre a pesquisa e informou-lhes que nossa presença seria constante na sala de aula. Após as explicações iniciais, deu-se início as observações.

Para esta etapa, elegemos as seguintes questões de análise: Qual a metodologia da professora e quais os recursos didáticos utilizados para ensinar o conteúdo? Como costumava avaliar os alunos. Para os alunos: Como eles registravam as aulas? Qual a interação deles nas aulas? Como era a relação entre o aluno com baixa visão, junto aos demais alunos e a professora?

Esta etapa resumiu-se em fazer anotações, no diário de campo, de como se dava o andamento das aulas.

Observamos que os alunos nas aulas de Biologia ficam sentados com as carteiras posicionadas em fileiras e que o ALDV 01 fica na última carteira na fileira ao lado da porta. A professora de Biologia faz uma explicação passiva, pede para os alunos lerem o livro e vai discutindo. Em nenhum momento chama o ALDV 01 para a aula. Faz resumos e questões no

quadro, sua letra é pequena e a professora não se atenta que o aluno com DV não faz nenhuma atividade proposta por estar longe do quadro.

Lembrando que realizamos a leitura e análise do PTD logo no início do projeto, para compreender as respostas dos alunos e da professora no questionário inicial, bem como as observações que seriam realizadas.

Em alguns momentos ela solicita que os alunos façam leitura do livro e resumam, no entanto percebe-se que o aluno com baixa visão treme os olhos e não consegue realizar a leitura do livro e fala ao colega da frente “as palavras parecem correr” (ALDV 01).

Nesse sentido, podemos verificar que muitas das ações da professora se devem à falta de formação adequada para lidar com tal situação.

Na observação da aula de educação física, pode-se notar que o aluno não joga futebol. Fica geralmente com colegas conversando, ele é bastante prestativo com os colegas e professores. O professor de educação física não incentiva atividades diferenciadas e não percebe que o aluno tem dificuldades para jogar.

O ALDV 01 é prestativo e quieto nas aulas. Uma das limitações da sala é a TV pendrive que fica em um canto e retroprojetor tem apenas um e como demanda um tempo maior de instalação os professores não utilizam.

Em conversa com a pedagoga (PD 1) ela relata que o ALDV 01 diz:

“eu sou burro, quero completar 18 anos e parar de estudar, porque moro no sítio e lá não vai precisar disso”, citam também que a família do aluno é bastante carente.

Na teoria vygotskyana sobre as pessoas com deficiência, as transformações nos padrões de participação social carregam consigo implicações para o desenvolvimento cognitivo favorável, enquanto que a exclusão ocasiona consequências drásticas ao seu desenvolvimento. Neste caso, a AD, com seus benefícios de potencialização, podem ser utilizados como ferramenta de acessibilidade nas aulas. O que sem dúvida poderá “contribuir para o enriquecimento do agir pedagógico e para a abertura de mais oportunidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão” (MOTTA, 2015, p. 32).

No entanto, vale destacar que o professor precisa atuar como mediador dos conteúdos imagéticos, na medida em que naturalmente esses recursos educacionais possam fazer parte cotidianamente do planejamento do professor.

Nunes et al, (2011), corrobora com esse estudo quando cita que a AD, muito mais que uma técnica de tradução, trata-se de uma cultura de inclusão que pode e deve contagiar também os colegas estudantes, ao seguirem as técnicas da objetividade e clareza na audiodescrição de elementos visuais. É, portanto, mister ressaltar que a educação, como papel primordial de construção de ensino e aprendizagem, desempenhe um papel importante no âmbito da educação inclusiva. Neste contexto, a audiodescrição é considerada uma ferramenta educacional potencializadora para promover a acessibilidade comunicacional do aluno com deficiência visual.

Mediante a análise desta sessão, observou-se que a falta de inclusão do aluno com DV é nítida. Ressalta-se previamente que a professora poderia ter providenciado o material adaptado (uma lupa, por exemplo) ou solicitado para o aluno sentar mais na frente, mas não tão exposto, valorizar a autoestima do aluno. Pois o próprio aluno expressa que,

“é importante uso de materiais adequados, por exemplo, na sala quando o professor não traz a lupa para mim e precisa ler cada um, um parágrafo. Eu peço para passar, não consigo ler”.

É visto também, que é urgente a necessidade de conversar com a turma sobre inclusão, uma vez que aos alunos videntes na sua maioria responderam não saber do que se tratava o termo inclusão.

Diante das observações realizadas, foi possível realizar algumas constatações preliminares, entre tantas que marcaram a vivência desta etapa de pesquisa. É fundamental destacar o quão importante é pensar e refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem de nossos alunos e como pode se dar o processo de inclusão dos mesmos. Desse modo precisamos entender que a inclusão não é um problema que se refere apenas às pessoas com deficiência, é um conceito que diz respeito a todos nós, à aceitação de cada pessoa como elas realmente são, a forma pela qual aprendem - seu tempo -, independentemente de suas condições, de seu modo de pensar e de viver sua própria vida (AMIRALIAN, 2009).

É preciso que os professores tenham atitudes inclusivas para conseguirem caminhos diferentes, para colaborar na construção de conhecimentos dos nossos alunos em geral, sejam eles com ou sem deficiência. É preciso engajamento profissional, pois em uma sociedade que valoriza o visual a barreira para o aluno com deficiência visual é enorme.

A professora participante da pesquisa cita que não se sente preparada, não sabe lidar com alunos de inclusão:

“Sinto que meu processo de formação foi falho, não me sinto preparada e não tenho quase leitura sobre esse assunto. Não temos materiais adaptáveis. O livro didático não ajuda nesse sentido” (PB 01).

Conforme cita o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD, 2008) no Brasil, ainda não se considera a educação inclusiva dificuldade de grande relevância. Discute-se muito sobre as reformas de ensino, sobre a formação do profissional, porém o país atua de certa forma como se isso não precisasse ser levado e conta, como se não fosse obrigação do Estado à formação continuada de professores, e as modificações estruturais e curriculares das escolas para atender os alunos inclusos.

No entanto, mesmo sabendo que em nossa formação há muitas lacunas, o professor precisa buscar alternativas, recorrer aos Centros de Atendimento de Pessoas com Deficiência para compreender e tentar amenizar as barreiras que impedem seu aluno de aprender.

Quando questionamos a professora sobre a relação aluno com DV-professor, ela argumentou que:

“Eu já tentei pedir como ele gostaria que fosse o conteúdo, como ele aprende, mas ele se auto rejeita, não se anima a aprender. Fala a todo o momento que não vê a hora de sair da escola. Sinto que os pais não colaboram, são bastante simples, moram no interior e ele diz que vai trabalhar na roça e que não precisa estudar” (PB 01).

Em contraponto o ALDV 01, nos fala que é necessário os professores terem mais noção se o aluno tem algum problema, pois o aluno não irá falar por vergonha, e conclui que os professores hoje podem estar procurando alternativas, auxílios para ensinar os alunos no processo de inclusão.

Diante do exposto e pelas observações que realizamos o aluno com DV é bastante consciente de suas ações, a fala dele sobre não querer estudar é uma fuga diante do não preparo da escola e dos professores na perspectiva da inclusão, não uma auto rejeição como foi dito tanto pela professora quanto pela pedagogia.

Lembramos ainda que a Declaração de Salamanca desafiou a concepção de educação especial ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais”, para se referir as

peessoas que apresentavam necessidades decorrentes de aprendizagem, sejam elas com alguma deficiência, de classe baixa, de rua, nômades, ou seja, de qualquer grupo desfavorecido ou marginalizado. E sugerimos, portanto, que desenvolvessem uma pedagogia que seja capaz de atender qualquer necessidade educacional das crianças (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005).

Ressalta-se, que para ensinar de forma equiparada, proporcionando sempre a igualdade nas condições de aprendizagem escolar, há que se pensar e refletir em um ensino dialógico e interativo que se contrapõe, no dizer de Mantoan (2013), a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

Conforme Duek (2007), incluir requer ultrapassar desafios dentro da escola, os professores passam a serem aprendizes diante das novas situações que surgem no ambiente escolar. Silva (2011) ressalta que os professores necessitam de uma formação adequada na perspectiva da inclusão, que precisam dialogar entre seus colegas para uma troca de experiências, insiste que o professor precisa estar em uma formação permanente.

Verificamos que no plano de trabalho docente da professora, havia todos os aspectos necessários, como objetivos, cronograma, justificativa, etc., contudo, o mesmo não possuía nada que sinalizasse algo sobre incluir alunos com deficiências nas aulas de Biologia.

“Geralmente faço a mesma avaliação para toda a turma. As avaliações são realizadas no mesmo dia e horário para todos os alunos” (PB 01).

De acordo com a proposta de avaliação do MEC (Saberes e práticas da inclusão - Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão Brasília – 2006) a “Educação é o processo formal de favorecimento, ao aluno, do acesso e apreensão do saber historicamente construído e sistematizado” e o contexto escolar tem como função social, criar as condições imprescindíveis para que este processo ocorra, com a finalidade de constituir sujeitos para uma interpretação fundamentada e crítica do mundo e da sociedade.

A Avaliação é considerada um processo que tem como objetivo averiguar quais fins pedagógicos estão sendo abrangidos, identificando dificuldades no processo de ensino e aprendizagem e detectando os aspectos que carecem redirecionamento. Ela deve ser de caráter compreensivo e não classificatório e exige a análise bidirecional da relação professor-aluno, na

busca de entender como um atua com outro e de como um afeta o outro, dentro da sala de aula, da escola como um todo e da sociedade.

“Nas provas, os professores não adaptam as provas e a minha maior dificuldade ainda é quando a prova tem que ser copiada do quadro. Daí eu demoro pra copiar e sobra pouco tempo para eu terminar a prova. Ela não dá mais tempo para mim, é apenas uma aula 45 min, o tempo era igual a todo mundo” (ALDV 01).

É preciso verificar o que foi apreendido pelo aluno, como se dá o seu raciocínio, bem como é preciso identificar como estamos ensinando e quais mudanças devem ocorrer nas nossas metodologias pedagógicas adotadas. É nossa atribuição pensarmos sobre o pensar do aluno, analisar os efeitos da nossa atuação no processo de aprendizagem, alterando nossa prática em função dos resultados que encontramos.

Somente assim a avaliação será um processo efetivo de diagnóstico pedagógico, compreensivo e indicador de ajustes.

De acordo com Honnef (2009), podemos compreender tal situação pelo fato de que, quando se iniciou o processo de inclusão nas escolas tanto ela quanto os demais professores, não sabiam como agir dentro de uma sala de aula diversificada. As modificações que seriam necessárias nas escolas, e por parte das práticas pedagógicas dos professores eram e ainda são desafios diários, para poder promover uma educação inclusiva com qualidade para todos.

Para um ensino democrático, o professor precisa ser segundo Machado (2013, p. 70) “aquele que considera as diferenças de opiniões, de interesses, de necessidades, de ideias e de escolhas”, ou seja, um trabalho pedagógico significativo, mediado por dedicação e engajamento na construção de valores educacionais inclusivos, permite uma educação igualitária a todos.

A escola precisa respeitar os diferentes tipos de aprendizagens de seus alunos. A inclusão não se limita em apenas colocar o aluno com DV dentro da escola, é indispensável que ele interaja de acordo com suas potencialidades com os seus colegas (SOUZA et al., 2016).

Goulart (2014) destaca que aprender significa estabelecer um diálogo com o conhecimento, isto é, pensar sobre aquilo que está sendo produzido, questionando as diferentes etapas e estabelecendo conceitos já construídos em todas as áreas do conhecimento.

É evidente que um bom processo de ensino e aprendizagem só se concretiza a partir de experiências pedagógicas didáticas que sejam desenvolvidas em conjunto com alunos e professor no dia a dia da sala de aula. As observações realizadas até aqui são apenas um resumo de que

ensinar independe das diferenças e requer uma reorganização das metodologias de ensino, pois a aprendizagem implica em acertos, avanços, erros e descobertas.

No intuito de entendermos como a escola como um todo compreende a educação inclusiva, interrogamos a professora, a pedagoga, o ALDV 01, bem como os ALVs sobre como eles compreendiam o termo inclusão. Dentre as respostas dos alunos sem deficiência visual, quatorze (14) alunos videntes, responderam não saberem o que era educação inclusiva, dois (2) responderam que se referia sobre ser educação para todos igualmente.

Destacamos a resposta do ALV 22, que cita que educação inclusiva “é uma forma de adaptação de um ser, por exemplo, nós alunos estudamos para nos adaptar melhor na sociedade”. O ALV 18, por sua vez nos instiga a pensar uma vez que ele coloca que “Educação inclusiva é a educação que vem do outro”.

“Bom para mim educação inclusiva é colocar tipo uma pessoa que tem deficiência, pode ser visual ou auditiva, também física e inserir ela no meio em que os outros estão à educação seria pra todos no mesmo âmbito, indiferente das diferenças” (ALDV 01).

Entretanto, podemos refletir diante das respostas sobre a primeira pergunta, que assim como coloca Frias (2008), a inclusão tem como principal objetivo proporcionar a educação para todos, levando em consideração que o direito à educação do aluno com deficiência, juntamente com todos os cidadãos é um direito constitucional.

Conforme Silva e Arruda (2014), o significado da palavra “incluir”, não é simplesmente largar as pessoas com deficiência na sociedade ou em uma sala de aula, mas sim que possibilitemos a eles, a sua autonomia, e para isso nós professores precisamos planejar nossas aulas de forma a incluir de fato todos nossos alunos nas mais diversas atividades e conteúdos.

Com a finalidade de identificar as concepções que os participantes apresentavam sobre as características da deficiência visual (cegueira e baixa visão), verificamos que doze alunos videntes caracterizaram a cegueira como sendo “uma pessoa que não enxerga nada”. Cinco alunos citaram que “cegueira é uma pessoa cega, que não tem visão, cegueira total”. O ALV 7 caracteriza cegueira como sendo “uma doença, cuja qual a pessoa já nasce cega”. Percebemos que os alunos não tem uma definição concreta e correta, pois sabemos que no caso da cegueira a pessoa pode adquirir ao longo da vida, por acidente ou por diabetes, por exemplo.

No entanto, a cegueira pode ser mais especificamente caracterizada por uma alteração grave ou total de uma ou mais funções elementares da visão, afetando a capacidade do indivíduo em distinguir várias características, fazendo com que, comumente, o indivíduo não enxergue nada além de uma escuridão plena (SILVA; ARRUDA, 2014).

Como já citado nesse trabalho, a cegueira encontra-se no âmbito da deficiência visual, e os indivíduos com esse tipo de deficiência são caracterizados em baixa visão que ocorre quando a visão é diminuída em 40 a 60% (SILVA; ARRUDA, 2014); e cegueira que, segundo o decreto Federal 5296, art. 5, inciso I, ocorre quando acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica (BRASIL, 2014).

Sobre o conceito de Baixa Visão, quatorze (14) Alunos videntes (ALV's), escreveram que é “quando a pessoa enxerga, mas com dificuldade” ou “pessoas que vê poucas coisas”. O ALV 22, não traz uma definição como os demais, no entanto sua resposta vale a reflexão, pois o aluno indaga que em ambos os casos, baixa visão ou cegueira “a pessoa pode ter uma vida tranquila e normal com a ajuda dos pais”. Lembrando que, sobre o processo de inclusão, a participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento, aprendizagem e interação da criança no contexto escolar (SOUZA et al., 2016).

É por meio da inclusão que a criança, o adolescente, vai desenvolver a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, para assim, ser considerado um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças (SOUZA et al., 2016).

A fim de explorar e fazer os participantes refletirem sobre a importância do uso de materiais adequados para a inclusão de alunos, levantamos as argumentações dos participantes e a maioria colocou que é importante ter materiais adaptados para todos os tipos de aprender, e ainda em algumas respostas surge a problematização de haver poucos materiais adaptados.

Ao apontarem quais eram os desafios que as pessoas com deficiência visual poderiam encontrar no processo de ensino e aprendizagem, a resposta mais reiterada pelos participantes foi que a dificuldade seria em aprender e entender o conteúdo.

Percebemos a preocupação do ALV 17, quando coloca que, “para que a gente consiga aprender, precisamos ter um jeito diferente, que todos possam trabalhar em grupo”. Nas respostas analisamos que os alunos percebem que a construção de ensino e aprendizagem se dá por meio de

diálogos entre eles, e citam a importância de ter metodologias e recursos diferenciados, reconhecendo que cada um tem sua forma e tempo de aprender.

Como Vygotsky (1999) cita, é através da construção e exercício da linguagem, que a criança interpreta as informações que chegam até ela pelos diversos caminhos perceptuais. E é pela mediação do outro que ela percebe e produz significados a essas informações, dentro de um contexto social e cultural (VYGOTSKY, 1999).

Conforme discutido por Masini e Motta (2004), os alunos com deficiência visual podem ter dificuldades de aprendizagem se não lhes for ofertada uma educação que os permita explorar o mundo e o seu próprio potencial, com experiências abastadas de aprendizagem que serão formidáveis para a construção do sujeito.

Sobre o relacionamento do aluno em questão, com os professores em sua trajetória estudantil ele cita que:

“Eu tive uma vez uma professora de ciências que ela estava passando um slide na sala de aula e um aluno, colega meu, que enxergava normal, disse pra ela: Professora não tô enxergando. E ela respondeu: Mas tu tá cego então. Tem que fazer um exame de visão! E eu quieto pensei: mas que trouxe essa professora! Quem sou eu daí para pedir algo pra algum professor” (ALDV 01).

A resposta do aluno nos deixa claro de que em algumas disciplinas há compreensão de suas limitações, mas em outras os professores não aceitam utilização de recursos como, por exemplo, o uso notebook, para que ele amplie os conteúdos na tela do computador, além de como percebemos, muitos professores acabam utilizando de frases inapropriadas desestimulando os alunos e inibindo-os os mesmos.

Ressalta-se que a garantia de uma educação de qualidade para todos, consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças, e que o professor precisa estar atento a essa diversificação em sala de aula (FRIAS, 2008).

Referente às respostas do questionário da professora de Biologia e das pedagogas, verificou-se que os fatores que mais interferem no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual são a falta de recursos e principalmente a falta de preparo, de formação adequada e contínua dos professores bem como a falta de conhecimento sobre a capacidade de aprendizagem desses alunos.

Referente ao papel do professor, Góes (2002) corrobora com a análise dessa pesquisa ao dizer que os professores de alunos com deficiência visual incluso, devem estar preparados para a realização de diferentes atividades e a adaptação de metodologias, além de desenvolver estratégias pedagógicas que deem as mesmas condições de ensino para os alunos cegos e alunos videntes.

Quanto à ajuda obtida pelos colegas de sala para a descrição dos conteúdos que os professores passam no quadro ou algo que está no livro didático e ele não consegue visualizar, ele destaca que:

“O meu maior desafio que eu encontro é no quadro e na televisão, sempre tem amigos meus que ditam para mim e nossa maior felicidade para os baixa visão é quando o professor passa ditado”.

O aluno ainda relata que quando o professor passa um vídeo ou filme na tv laranja que é no canto e pequena, os colegas tentam descrever a ele, mas quando é legendado o filme dificulta.

Como se observa, há um campo fértil para inserção da audiodescrição no ambiente escolar. Pois, conhecendo mais os participantes da pesquisa e o espaço escolar como um todo, percebe-se que em várias salas de aula se encontravam alunos com deficiência visual nesse colégio. Nesse sentido é urgente se construir uma prática pedagógica que atenda à diversidade, entendendo-a como elemento impulsionador de novas formas de organização da escola.

Portanto, a audiodescrição, certamente, pode ser um instrumento de mediação que visa potencializar e colaborar para que os alunos façam inferências e cheguem a conclusões, permitindo uma participação mais ampla nas múltiplas atividades escolares.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS APÓS A INSERÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO NA SALA DE AULA

Após a inserção da AD e a aplicação de questionário final, averiguamos quais foram as possíveis contribuições que a inserção da AD na sala de aula trouxe para a construção de ensino e aprendizagem, quais potencialidades pedagógicas podem surgir com a implantação desse recurso

nas aulas. Além de identificar aspectos relevantes da aplicação dessa pesquisa no contexto escolar, evidenciando o que poderia melhorar.

Para a inserção da AD na aula de Biologia, dialogamos com os participantes sobre o processo de inclusão, dando a eles autonomia de argumentarem e perguntarem sobre o tema, (re) construíram alguns conceitos prévios ao que se referia à educação inclusiva, explanamos sobre como era realizada uma AD de vídeos e imagens. Após explicamos que os participantes iriam fechar os olhos e ouvir um vídeo chamado “Perfeito” encontrado no *youtube* em três etapas. Na primeira sem audiodescrição em seguida anotariam o que eles imaginaram, após o vídeo com AD, relatando o que imaginaram e por fim eles poderiam ver o vídeo.

No geral, todos os participantes tanto a professora, a pedagoga, quanto os alunos vidente bem como o aluno com DV, relataram que sem a audiodescrição ficou impossível de entender ou imaginar algo concreto. Na primeira amostragem do vídeo, muitos imaginaram porta batendo com o vento, florestas, pedras caindo. Já no segundo demonstraram entender perfeitamente do que se referia o vídeo. E ficaram impressionados ao verem o vídeo e perceberem o quão real foi à imaginação deles com a AD.

Mostramos ainda um *thriller* do filme nacional “Teu Mundo Não Cabe Nos Meus Olhos”, contendo audiodescrição e tradução em libras, discutimos então em conjunto sobre as potencialidades da AD para alunos com deficiência visual bem como para os videntes. Além, da importância de pensarmos a inclusão como um todo, para todos os tipos de dificuldades de aprendizagem.

O resultado do questionário final demonstrou que os participantes se sensibilizaram com o tema, e compreenderam os conceitos que norteiam a educação inclusiva. Além, disso a maioria citou que não conhecia a AD, mas ao terem esse contato reconheceram ser uma potencialidade para o ensino e aprendizagem tanto para deficientes visuais quanto para videntes. Bem como, a inserção da AD auxilia na inclusão de todos os alunos nas aulas, tendo em vista que facilita a compreensão dos conteúdos propostos pelas disciplinas. Ou seja, mesmo as pessoas sem deficiência notaram que o recurso aumenta o discernimento de observação, desenvolve a percepção e o entendimento, mostra detalhes que passariam despercebidos.

Lembramos que, a pessoa com deficiência visual, assim como as videntes, vivencia as mais diversas experiências no cotidiano, porém usa os sentidos restantes, incorporando à linguagem verbal que também compartilha desse processo sensorio-perceptivo.

Diante das respostas dos participantes, eles expõem a necessidade de disseminar mais sobre a AD no contexto da educação, uma vez que são escassos os trabalhos voltados para tal. A professora e pedagoga relataram que mesmo se sentindo despreparadas, foram motivadas a repensar suas práticas pedagógicas a partir dessa pesquisa, e ressaltaram sobre a importância da mesma, bem como o quanto aprenderam sobre a perspectiva da inclusão.

“A audiodescrição é urgente e necessária, tomara que você prossiga com essa pesquisa para além do TCC, porque estamos muito carentes disso ” (PD 01).

A diversidade precisa fazer o professor e toda a escola a repensar a dinâmica de sala de aula, a reorganizar e rever novas práticas e ferramentas pedagógicas. Para que possam contribuir para a promoção do acesso a esse universo repleto de imagens para todos os alunos, incluindo alunos com deficiência visual, alunos com dificuldades de aprendizagem, alunos que não conseguem compreender aquilo que leem, e que assistem, para despertar a curiosidade, a reflexão e ampliar sua visão de mundo. Com isso a escola estará contribuindo para a formação de alunos mais críticos, capazes de compreender os aspectos culturais, históricos e sociais.

Ferreiro (2001) incentiva professores a olhar para a diversidade da sala de aula como um benefício pedagógico e não como uma dificuldade. Uma vez que pode ser uma oportunidade de enriquecimento da prática pedagógica.

É indispensável instrumentalizar didaticamente a escola para trabalhar com a diversidade. Nem a diversidade negada, nem a diversidade isolada, nem a diversidade simplesmente tolerada. Também não se trata da diversidade assumida como um mal necessário ou celebrada como um bem em si mesmo, sem assumir seu próprio dramatismo. Transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem pedagógica: este me parece ser o grande desafio do futuro (FERREIRO (2001) apud LERNER, 2007).

Sobre as dificuldades encontradas ao ouvir um vídeo com AD, os participantes apontaram a necessidade de o áudio descritor falar mais devagar, para que as pessoas possam imaginar melhor as cenas traduzidas. Surgiram ainda, sugestões de termos mais vídeos voltados ao ensino e de desenhos infantis com AD. Tendo em vista que assim como Lima (2010) destaca, as pessoas com deficiência visual geralmente são excluídas do direito ao lazer e à educação, devido às

barreiras comunicacionais, que impedem o pleno acesso às imagens e às artes visuais. Por isso, a audiodescrição é, sem dúvida, uma ferramenta que possibilita desconstruir essas barreiras.

Para fins educacionais a AD configura-se como uma nova forma de abordagem de TA, como já demonstramos no referencial teórico, em que se verificou que até o presente momento poucas pesquisas contemplam essa temática na área educacional. A AD permite que além de pessoas com deficiência visual, as pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas, disléxicos e outros, ampliem a compreensão do que está sendo ensinado.

A pesquisa demonstrou que a AD é um recurso de acessibilidade comunicacional que expande o entendimento das pessoas com e sem deficiência visual em todos os tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos, por meio da comunicação sonora. A qual, transforma o visual em oral, possibilitando acesso à cultura e à informação, potencializando a inclusão cultural, social e escolar.

Por fim, destaca-se a intensidade de uma prática pedagógica audiodescrita para atender demandas específicas dentro da sala de aula, de modo adequado e prático. Para que busquemos capacitação e a formação de uma cultura cada vez mais inclusiva, para que com o passar do tempo, não somente o professor faça esse papel no contexto escolar, mas todos nós continuemos disseminando essas práticas, para que sirvam de espelho, para futuros profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o uso das AD nas práticas pedagógicas, a escola aproveita atividades curriculares e extracurriculares e abre espaço para a construção do conhecimento e a troca de experiências. Fortalecendo ainda vínculos com professores, alunos e comunidade escolar, ao fato de que a utilização da mesma, pode auxiliar nas ações pedagógicas da escola, como um todo. Visando ainda, maior autonomia para utilização desses recursos por parte dos professores e alunos, para desenvolverem habilidades de comunicação. Potencializando assim, a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Em tudo que apresentamos nessa pesquisa, podemos considerar como melhorias no processo de ensino aprendizagem, a extrema importância da inserção da audiodescrição na atuação do professor em sala de aula, versando na tradução daquilo que não se pode ver, todavia pode ser dada a oportunidade de ouvir, interpretar e atribuir maior compreensão, perpassando o visual para o verbal. As nossas práticas metodológicas podem e devem fazer o uso deste precioso recurso para preencher as lacunas que dificultam a aprendizagem da pessoa com e sem deficiência visual.

Sugerimos que se promovam cursos de capacitação para tornar os futuros professores e os já atuantes cada vez mais inclusivos. E também é urgente que se realizem novas pesquisas no campo da aprendizagem da pessoa com deficiência visual fazendo o uso da audiodescrição, pois é fundamental ter esse fortalecimento da técnica como prática inclusiva na sala de aula, favorecendo assim o desenvolvimento igualitário com todos os alunos no mesmo ambiente de aprendizagem.

Em suma, ressaltamos que a inclusão escolar não acontece sem uma determinação política, institucional e cultural. No entanto, as mudanças na atitude das pessoas envolvidas nas ações educadoras podem facilitar esse processo inclusivo. Entretanto, as Tecnologias Assistivas são indispensáveis para essa inclusão, desde que utilizadas de forma a consentir à pessoa com deficiência sua formação plena como pessoa e como aluno. A audiodescrição apresenta-se como uma tecnologia de inclusão que propicia aos alunos o acesso aos conteúdos visuais, com sua

adoção, a presença e permanência de alunos com deficiência visual junto às salas de aulas regulares pode ser uma realidade enriquecedora para o espaço-tempo da escola, por contar com a heterogeneidade humana e comprovar o potencial que cada um tem.

Enfatiza-se por fim que mesmo com as dificuldades em nossa formação, devemos sempre ter um olhar com sensibilidade para cada um de nossos alunos, nos colocarmos no lugar do outro, respeitando seus limites, seus tempos de aprender, e impulsionando-os para cada vez mais construir conhecimento e acima de tudo não desistindo da educação, buscando melhorias, indo atrás dos direitos e deveres dos alunos e de nós professores, para que realmente todos tenham uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Compreendendo o Cego: Uma Visão Psicanalítica da Cegueira por meio de desenhos-histórias**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- ANDRADE, E.C.P. de. O professor de biologia e o cinema: possibilidades de discussão com o filme Blade Runner. Coletânea do **VII Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia**. São Paulo, 2000.
- ARAÚJO, Vera Lucia Santiago; ADERALDO, Marisa Ferreira. **Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil**. Curitiba, PR: CRV, 2013
- BRASIL. Ministério da Educação. **Estratégias de Orientações Pedagógicas para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais: Introdução**. Secretaria de Educação Especial, Brasília (DF). MEC. SEESS, 2002b.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 20 mai. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- BURKE, K. **A Grammar of Motives**. Berkeley: University of California Press, 1969.
- CARLO, Marysia Rodrigues do Prado. **Se essa casa fosse nossa: Instituições e processos de imaginação na educação especial**. São Paulo: Plexus, 2001.
- CRUZ, Ana Maria Lima. **A audiodescrição na mediação de alunos com deficiência visual no ensino médio: um estudo com a disciplina de geografia**. Porto Alegre, BR – RS, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149114>>. Acesso em: 07 out. 2018.

COSTA, Larissa Magalhães. Audiodescrição em filmes: história, discussão conceitual e pesquisa de recepção. Rio de Janeiro, 2014. 396p. **Tese** de doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DUEK, Viviane Preichardt. Professores Diante da Inclusão: Superando Desafios. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 4., 2007, Londrina. **Professores Diante da Inclusão: Superando Desafios**. Londrina: Isbn, 2007. p. 1 - 8. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/066.pdf> Acesso em: 27 jul. 2018.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. **A educação de pessoas cegas no Brasil**. Disponível em: http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5_artigo05_educacao.pdf. Acesso em: 02 nov. 2017.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais**: contribuições ao professor do Ensino Regular. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; HAZARD, DAMIAN; REZENDE, André Luiz Andrade, et al.. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência**: textos de referência para monitores de telecentros. – Brasília: UNESCO, 2007.

GÓES, M. C. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta K.; SOUZA, Denise T.; REGO, Teresa C. (Org.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

HONNEF, Cláucia. As Dificuldades dos Professores Frente à Implementação de uma Proposta Educacional Inclusiva. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 9., 2009, Curitiba. **As Dificuldades dos Professores Frente à Implementação de uma Proposta Educacional Inclusiva**. Curitiba: Pucpr, 2009. p. 8029 - 8041. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2505_1973.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. MEIRELLES, Giselle. Problematicando o conceito de empoderamento. **Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. 2. 2007. Florianópolis. Anais eletrônicos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/znoticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=17> Acesso em: 25 set. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 3ª ed. rev., Campinas: Autores Associados, 2012.

LIMA, Francisco. Introdução aos estudos do roteiro para áudio-descrição: sugestões para a construção de um script anotado. **Revista Brasileira de tradução visual**, 2011.

LOPES, Maura Corcini, FABRIS, Eli Hernn. **Inclusão & educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MACHADO, Flávia Oliveira. Acessibilidade na Televisão Digital: Estudo para uma Política de Audiodescrição na Televisão Brasileira. **Dissertação** [Mestrado] (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho FAAC - UNESP, 2011.

MACHADO, Isabel Pitta Ribeiro. A linguagem cinematográfica na audiodescrição. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, vol. 8.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 5ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde.** 12ª Ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MOTTA, L.M.V.M.; ROMEU FILHO, P. (Orgs.) **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo. **Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo.** Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2015

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista Scielo.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a06>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão.** 2005. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PILETTI, Cláudio. **Didática geral**. 23ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSA, E. R.; ANDRÉ, M. F. C. Aspectos políticos e jurídicos da Educação Especial brasileira. . In: PEE, Programa Institucional de Ações Relativas Às Pessoas Com Necessidades Especiais (Org.). **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2013.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; PILAR, Baptista Lucio. **Metodologia de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

SANDES, Liziane Fernandes. **A leitura do deficiente visual e o sistema Braille**. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-LIZIANE-FERNANDES-SANDES.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

SANTOS, Miralva Jesus dos. **A escolarização do aluno com deficiência visual e sua experiência educacional**. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10613/1/Miralva dos Santos.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10613/1/Miralva%20dos%20Santos.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SARTORETTO, Maria Lúcia. Inclusão: da concepção à ação. In: Mantoan, Maria Teresa Eglér. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**, 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SCALIANTE, Alexandra Pereira de Souza. **A inclusão do aluno portador de necessidades educativas especiais no ensino comum**. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4677/1/MD_EDUMTE_I_2012_02.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SEEGGER, Vania; CANES, Suzy Elisabeth; GARCIA, Carlos Alberto Xavier. Estratégias tecnológicas na prática pedagógica. **Periódicos UFSM**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/6196/3695>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

SERRANO, Glória Pérez. **Investigación Cualitativa: retos e interrogantes**. Ed: La Muralla, 1998.

SILVA, Margaret do Rosario. **Dificuldades Enfrentadas pelos Professores na Educação Inclusiva**. 2011. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SILVA, A. P. M.; ARRUDA, A. L. M. M.; O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes Da Educação**. Volume 5 – nº 1, 2014.

SOUZA, Aline de Jesus; PASSOS, Carla Michele Batista; LISBOA, Geise dos Santos; SOUSA, Luciene Santos de; CARNEIRO, Telmária Cana Brasil. **A Inclusão de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais e os Desafios do Docente em Lidar com Isso**. 2016. Disponível em: <http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/INCLUSAO_CRIANCAS_PORT_NEC_ESPECIALIS.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SOUZA, Flávia Maria Batista Caldeira de. As audiodescrições de ensaio sob a cegueira em inglês e português: um estudo baseado e corpus. **Dissertação** [Mestrado]. Universidade Federal de Minas. Faculdade de Letras, 2016.

THIOLLENT, M. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão**. ICBEU, João Pessoa – PB, 2003.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. A formação Docente na Perspectiva da Inclusão. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 9., 2007, São Paulo. **A Formação Docente na Perspectiva da Inclusão**. São Paulo: Unesp, 2007. p. 1 - 179. Disponível em: <www.unesp.br/prograd/ixcepf/Arquivos%202007/5eixo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente**. 6º Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WERSTCH, James, DEL RÍO, Pablo; ALVAREZ, Amelia. **Estudos culturais da mente**. Trad. Maria da Graça Gomes Paiva e André Rossano Teixeira Camargo. Porto Alegre: ArtMed, 1988.

ANEXOS

ANEXO 01

TCLE para pais de menores envolvendo pesquisas em Instituições educativas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ idade: _____ anos, Endereço: _____, responsável pela criança _____, na qualidade de _____, fui esclarecido(a) sobre o trabalho de pesquisa intitulado: “Audiodescrição: Tecnologia educativa como estratégia metodológica para o ensinar e aprender no contexto da educação inclusiva”, a ser desenvolvido pela(o) acadêmica(o) Angélica da Silva, do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura, sob orientação da(o) Prof(o). Ronaldo Aurélio G. Garcia, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Estou ciente que (a)o acadêmica(o) e/ou o(a) orientador(a) acima referidos observarão algumas alunas de Biologia, bem como farão entrevistas com meu filho. A pesquisa procurará entender como a audiodescrição (tradução de imagens e vídeos para pessoas com deficiência visual e não cegas), pode ajudar na melhoria do ensino, e poderá auxiliar na melhoria do ensino e aprendizagem do meu filho e de seus colegas, buscando ainda a entender o processo de inclusão.

Essa pesquisa tem-se risco mínimo como, por exemplo, algum cansado psicológico ou emocional, tendo em vista que será analisado sobre sua trajetória no ensino, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Os pesquisadores farão o possível para que sua presença não afete a rotina da turma e combinarão com os professores as medidas a serem tomadas para prevenir alterações no comportamento das crianças. Da mesma forma, se comprometem a respeitar os limites de cada pessoa envolvida na pesquisa, e caso ocorra algo não previsto, pode ser interrompida a participação a qualquer momento.

Por ser este estudo de caráter puramente científico, os resultados serão utilizados somente como dados da pesquisa, e o nome das famílias, crianças e professoras envolvidas não serão divulgados. E no final da pesquisa, os resultados alcançados serão apresentados em forma de apresentação em uma roda de conversa no Colégio Estadual Rocha Pombo – EFM Normal, situado no município de Capanema – PR.

Estou ciente que, se em qualquer momento me sentir desconfortável com a realização da pesquisa poderei retirar este consentimento sem qualquer prejuízo para mim ou para a criança. Fui esclarecido(a) também que, no momento em que eu desejar de maiores informações sobre esta pesquisa, mesmo após sua publicação, poderei obtê-las entrando em contato com (a) o acadêmico ou a sua(eu) orientador(a), nos seguintes telefones e/ou endereço: Ronaldo Aurélio G. Garcia: Tel: (46) 3542-8300 Ramal: 8369 e-mail: ronaldo.garcia@uffs.edu.br

Angélica da Silva: Cel: (46) 9 9910-8416 e-mail: angel_ampere@hotmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza, Avenida Edmundo Gaievski nº. 1000 - CEP: 85770-000 - Caixa Postal 253 – Pq Universitário - Realeza - Paraná – Brasil.

Sendo a participação de todas as crianças totalmente voluntária, estou ciente de que não terei direito a remuneração. Também fui esclarecida (o) de que, se tiver alguma dúvida, questionamento, ou reclamação, poderei me comunicar com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, utilizando o seguinte contato: Comitê de Ética em Pesquisa - Universidade Federal da Fronteira Sul, Bloco da Biblioteca, Sala 310, 3º andar, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil.

Por estar de acordo com a participação da criança pela qual sou responsável, assino este termo em duas vias, sendo que uma ficará em meu poder e a outra será entregue aos pesquisadores.

Autorizo a participação da criança pela qual sou responsável

Chapecó, _____ de _____ de 2018

Assinatura (de acordo)

Os pesquisadores, abaixo-assinados, se comprometem a tomar os cuidados e a respeitar as condições estipuladas neste termo.

(professor orientador)

(acadêmico)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
AUDIODESCRIÇÃO: TECNOLOGIA EDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA
METODOLÓGICA PARA O ENSINAR E APRENDER NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Tecnologia educativa como estratégia metodológica para o ensinar e aprender no contexto da educação inclusiva”. Desenvolvida por Angélica da Silva, discente de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Realeza, sob orientação do Professor Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia.

O objetivo central do estudo é: Compreender como a audiodescrição (tradução de imagens e vídeos para pessoas com deficiência visual e não cegas), pode ajudar na melhoria do ensino.

O convite a sua participação se deve à ser professora de Biologia, bem como ter em sua sala de aula um aluno com deficiência visual. A sua participação nessa pesquisa é de suma importância, pois fará conhecer novas metodologias em trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência em sala de aula.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Lembramos ainda que, serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder um questionário, ser entrevistada e permitir que suas aulas de Biologias sejam observadas. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente quarenta minutos e do questionário aproximadamente quarenta minutos.

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

☐ Autorizo gravação ☐ Não autorizo gravação

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de reflexão sobre as potencialidades que a audiodescrição pode fornecer para a construção de ensino e aprendizagem do ensino de Biologia para alunos com deficiência visual e videntes (não cegos).

Este estudo apresenta risco mínimo como, por exemplo, algum cansado psicológico ou emocional, tendo em vista que será analisado sobre sua trajetória no ensino, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Caso ocorra algum risco você será encaminhada ao um especialista da rede de Sistema Único de Saúde – SUS.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

(CAPANEMA, ____/____/____)

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Ronaldo Aurélio G. Garcia:

Tel: (46) 3542-8300 Ramal: 8369 e-mail: ronaldo.garcia@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza, Avenida Edmundo Gaievski nº. 1000 - CEP: 85770-000 - Caixa Postal 253 – Pq Universitário - Realeza - Paraná – Brasil

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Os pesquisadores deverão assinar no final e rubricar as páginas anteriores.

Angélica da Silva Ronaldo

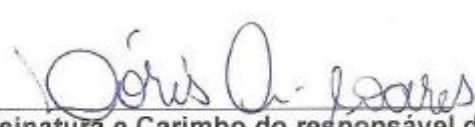
Aurélio Gimenes Garcia

ANEXO 03

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Doris Aparecida Soares, o representante legal da instituição **Colégio Estadual Rocha Pombo - Ensino Fundamental, Médio e Normal**, envolvida no projeto de pesquisa intitulado "**Audiodescrição: tecnologia educativa como estratégia metodológica para o ensinar e aprender no contexto da educação inclusiva**", declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da **resolução n.º 169, de 13 de novembro de 2014 – Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA**.


Assinatura do Pesquisador Responsável


Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

DÓRIS A. SOARES

Documentadora Escolar

RG 5.407.313-5

Prov. 091/12 - D.O.E. 06/12

Capanema, 14/12/14

ANEXO 04

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “ÁUDIO DESCRIÇÃO: TECNOLOGIA EDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA O ENSINAR E APRENDER NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Ronaldo Aurélio G. Garcia e Angélica da Silva.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender como a audiodescrição (tradução de imagens e vídeos para pessoas com deficiência visual e não cegas), pode ajudar na melhoria do ensino.

Na sua participação você será observado nas aulas de biologia, e também no início e no final dessa pesquisa será entrevistado sobre se tinha conhecimento da audiodescrição e como após a inclusão dela nas aulas facilitou o seu aprendizado ou não.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Este estudo apresenta risco mínimo como, por exemplo, algum cansado psicológico ou emocional, tendo em vista que será analisado sobre sua trajetória no ensino, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Os benefícios serão a reflexão sobre as potencialidades que a audiodescrição pode fornecer para a construção de ensino e aprendizagem do ensino de Biologia para alunos com deficiência visual e videntes (não cegos).

Mesmo seu responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Esclarecimento ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:

Ronaldo Aurélio G. Garcia:

Tel: (46) 3542-8300 Ramal: 8369 e-mail: ronaldo.garcia@uffs.edu.br

Angélica da Silva:

Cel: (46) 9 9910-8416 e-mail: angel_ampere@hotmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza, Avenida Edmundo Gaievski nº. 1000 - CEP: 85770-000 - Caixa Postal 253 – Pq Universitário - Realeza - Paraná – Brasil

Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rua General Osório, 413D - CEP: 89802-210 - Caixa Postal 181 – Centro - Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

() Aceito que minha imagem e voz sejam gravadas e/ou filmadas e sejam utilizadas para fins científicos.

() Aceito que minha imagem e voz sejam gravadas e/ou filmadas mas não aceito que sejam utilizadas para fins científicos.

() Não Aceito que minha imagem e voz sejam gravadas e/ou filmadas.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Receberei uma via deste termo assentimento.

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) menor

Assinatura do(a) pesquisador(a)

_____, dede 201.....

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UFFS

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul, Bloco da Biblioteca, Sala 310, 3º andar, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil.

Ronaldo Aurélio G. Garcia:

Tel: (46) 3542-8300 Ramal: 8369 e-mail: ronaldo.garcia@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza, Avenida Edmundo Gaievski nº. 1000 - CEP: 85770-000 - Caixa Postal 253 – Pq Universitário - Realeza - Paraná – Brasil

ANEXO 05

QUESTIONÁRIO 01 (Entrevista gravada para o aluno ALDV)

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza

Pesquisa: **Audiodescrição: Tecnologia educativa como estratégia metodológica para o ensinar e aprender no contexto da educação inclusiva**

Pesquisadores Responsáveis: Ronaldo Aurélio G. Garcia e Angélica da Silva

Objetivo: Identificar as concepções que os participantes apresentam sobre as questões norteadoras a seguir.

() Aluno (a) () Professor (a) () Diretor (a) () Pedagogo (a)

() vidente () deficiente visual

Nome do participante: _____

Questões Gerais a todos os participantes:

- 01) Como é sua concepção de educação inclusiva?
- 02) Como é sua compreensão das características da deficiência visual (cegueira e baixa visão)?
- 03) Qual a importância do uso de materiais adequados para a inclusão de alunos?
- 04) Como e quais são os principais desafios que a cegueira e/ou a baixa visão traz para o processo de aprendizagem?
- 05) Como é o nível de compreensão dos conteúdos de Biologia, as motivações desta escola, o que sabem sobre a disciplina, como foram os percursos escolares dos alunos com deficiência visual e dos alunos videntes?
- 06) Algum outro ponto que achas relevantes relatar?

No caso de ser aluno:

- 01) Como são as dificuldades em ser aluno regular no Ensino Médio?
- 02) Como é ser vidente e conviver com aluno com deficiência visual?

Para a professora:

01) Como são as dificuldades percebidas por você nas condições de professor/diretor/pedagogo, ao que se refere a inserção do aluno com deficiência visual no ensino regular? E dos alunos videntes? Como são essas diferenças?

- 02) Como são os desafios de ministrar aulas para alunos com deficiência?

Agradecemos a participação, a interação e contribuição!

ANEXO 06**QUESTIONÁRIO 02 (Entrevista gravada para o aluno ALDV)**

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza

Pesquisa: **Audiodescrição: Tecnologia educativa como estratégia metodológica para o ensinar e aprender no contexto da educação inclusiva**

Pesquisadores Responsáveis: Ronaldo Aurélio G. Garcia e Angélica da Silva

Objetivo: Identificar os aspectos relevantes da aplicação da pesquisa no contexto da sala de aula, evidenciando o grau de interesse dos participantes, além de catalogar dados para modificar e/ou fundamentar a pesquisa;

- ☐ Aluno (a) ☐ Professor (a) ☐ Diretor (a) ☐ Pedagogo (a)
☐ vidente ☐ deficiente visual

Nome do participante: _____

Questões Gerais a todos os participantes:

- 01) Como é sua concepção hoje de inclusão?
- 02) Como acontecia a apropriação dos conteúdos de Biologia antes e após a inserção da audiodescrição nas aulas de Biologia?
- 03) Como foram às contribuições da inserção da audiodescrição nos diferentes tipos de mídias, e quais as possíveis interferências/complementaridade pedagógicas poderiam surgir com a implantação desse recurso nas aulas?
- 04) Quais e como são as dificuldades e potencialidades da audiodescrição?
- 05) O que poderia ser modificado nessa pesquisa?
- 06) Você está preparado devidamente para a inserção de alunos inclusos em sua sala de aula? Justifique.
- 07) Algum outro ponto que achas relevantes relatar?

Agradecemos a participação, a interação e contribuição!